



BOLETIM Nº 249 – ANO VI
04 de março de 2016



Trajatória de luta da CSB é relatada pelo Presidente Antonio Neto na abertura do II Congresso da Central



Discurso do presidente reforçou o trabalho vitorioso da Entidade e seu crescimento vertiginoso nos últimos quatro anos

O presidente Antonio Neto, visivelmente emocionado em seu discurso na cerimônia de abertura do II Congresso da CSB, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília, nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 2016, lembrou os anos iniciais de luta da Entidade, cuja motivação sempre foi a de torna-se uma alternativa de organização para a luta da classe trabalhadora. “Podemos afirmar hoje, com muita certeza, que fomos e somos vitoriosos. Certamente fizemos história e superamos limites para ultrapassar todos e quaisquer desafios. Iniciamos este Congresso com a certeza de termos cumprido todos os nossos compromissos”, disse Neto.

Na abertura Neto frisou a importância e apoio da Central CSP (Central de Sindicatos de Profissionais), recém montada e que recebeu ele de braços abertos e acreditou nele Antonio Neto de seus aliados para que a Central crescesse e se fortalecesse e tomasse novo rumo.

O Presidente da antiga CSP (atual CSB) Luiz Sergio da Rosa Lopes foi homenageado na abertura com as seguintes palavras, que causaram comoção a todos os presentes, principalmente a categoria contábil presente. O Sr. Luiz Sergio foi além de homenageado com belas palavras, indicado para aprovação do Congresso como sendo o primeiro PRESIDENTE DE HONRA da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB.



Assista ao discurso do presidente da CSB, Antonio Neto: <https://youtu.be/nOpFRDfh1sY>



Ao final do Evento foram eleitos os dirigentes para a Diretoria Executiva e a Direção Nacional para a Gestão 2016/2021 . Na ocasião, 721 delegados de 703 entidades representativas dos trabalhadores de todo o País participaram da votação, que também reconduziu Antonio Neto ao cargo de presidente da Central pelos próximos cinco anos . Estiveram também 354 observadores e 288 convidados.

Após a divulgação dos resultados, Neto ressaltou a importância de ter as mais diversas categorias, reivindicações e regiões do Brasil representadas pelas lideranças da Central. De acordo com o presidente reeleito, a Entidade “fez questão de que cada sindicato filiado estivesse presente” na escolha daqueles que assumiriam o compromisso de levantar as bandeiras de luta de cada cidadão brasileiro.

“A principal tarefa da CSB é preparar o dirigente para lutar pelos trabalhadores. E este Congresso é a maior prova disto. Trouxemos os melhores palestrantes aqui”, destacou Neto,

aproveitando para salientar a presença da Central nas capitais e no interior do País: **“Visitamos todos os estados. Reunimo-nos com os companheiros do Vale do Cariri, no Ceará; Chapecó, de Santa Catarina; percorremos o interior de São Paulo e outros dirigentes chegaram ao interior de Minas Gerais e Pará. Também fomos até ao Norte conhecer o cotidiano das entidades filiadas. Não há estado que não tivesse um dirigente da CSB levando a nossa mensagem”**, revelou.

Direção Nacional e Conselho Fiscal

Em consonância com a eleição de uma diretoria executiva ampla, os nomes indicados para as Secretarias da CSB também formam um grupo que congrega dirigentes de todo o Brasil. São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão, Amazonas, Goiás, Paraíba, Ceará e Alagoas são alguns dos estados representados.

Foram nomeados sindicalistas para as secretarias de finanças, relações internacionais, organização e mobilização, formação sindical, servidores públicos, profissionais liberais, mulher trabalhadora, saúde, saúde do trabalhador, segurança do trabalho, trabalhadores na movimentação de mercadorias, trabalhadores rurais, agricultura familiar e cooperativismo, trabalhadores na pesca, juventude trabalhadora, igualdade racial, meio ambiente, transportes, trabalhadores autônomos, cultura, aposentados e comunicação.

No mesmo dia, foram escolhidos seis conselheiros fiscais, entre titulares e suplentes, e aprovados o Plano de Lutas, o Estatuto, as Teses e Moções da Central. O II Congresso, que ainda reuniu 354 observadores e 288 convidados, também elegeu por unanimidade Luiz Sergio da Rosa Lopes ao posto de presidente de honra da CSB.

Veja aqui os Dirigentes Sindicais da área contábil , participantes eleitos pela CSB em 26 de fevereiro de 2016:

DIRETORIA EXECUTIVA

CARGO	NOME	ENTIDADE
Presidente de Honra	LUIZ SÉRGIO DA ROSA LOPES	SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE VOLTA REDONDA
Vice-Presidente	RITA DE NAZARE MELO DIAS	SINDICATO DOS CONTABILISTAS NO ESTADO DO AMAZONAS
Vice-Presidente	SERGIO GILBERTO DIENSTMANN	FEDERACON/RS – FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO RIO GRANDE DO SUL
Vice-Presidente	JAIR GOMES DE ARAUJO	SINDCONT-SP – SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO
Vice-Presidente	ROGERIO MARQUES NOE	SCBH – SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE BELO HORIZONTE

Vice-Presidente	LYGIA MARIA VIEIRA SAMPAIO	SINDICONT-RIO- SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Vice-Presidente	MILTON PESSOA CAVALCANTE	FCNN – FCNN – FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO NORTE E NORDESTE
Vice-Presidente	ROSIVALDO JUSTINO DA SILVA	SINDICONPE – SINDICATO DOS CONTABILISTAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO
1º Secretário da Juventude Trabalhadora	EDERALDO JOSE PEREIRA DE LIMA	SINCON – SINDICATO DOS PROF. DE CONTABILIDADE DE EM MATO GROSSO
<u>CONS. FISCAL</u>		
Conselho Fiscal	WILSON PEREIRA MACHADO	FEDERACAO DOS CONTABILISTAS NO CENTRO-OESTE
Conselho Fiscal – Suplente	RODOLFO GROSSKOPF	FEDERACAO DOS CONTABILISTAS DO EST. DE S. CATARINA
<u>DIREÇÃO NACIONAL</u>		
Dir. Nacional	ELIZABETH VASCONCELOS SOBRAL	SINDICATO DOS CONTABILITAS DE VOLTA REDONDA
Dir. Nacional	VICTOR DOMINGOS GALLORO	FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO EST. SÃO PAULO

Dirigentes de Federações de Contabilistas do Brasil se reúnem no Rio de Janeiro





No último dia 29 de fevereiro de 2016 , as Federações de Contabilistas do Brasil , se reuniram na sede da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia , para tratar de assuntos de interesse geral das entidades, profissionais e que estão prejudicando as atividades dos profissionais Contabilistas no Brasil .

Dentre os assuntos discutidos , destacou-se a preocupação com as reformas previdenciária, trabalhista e política do país , a representatividade das Federações , Sindicatos filiados e a necessidade de maior união e movimento das entidades em manifestações populares , com consciência e com soluções possíveis . Uma maior participação também dos profissionais , quanto a viver e participar de projetos comuns nos Estados , participações mais ativas em projetos e mostrar que os profissionais da contabilidade tem muito a oferecer, que suas experiências podem trazer soluções a vários assuntos e ajudar a eliminar desgastes desnecessários .

Também foi discutida a retomada de Encontros de Dirigentes Sindicais Contábeis, que não é realizada desde 2011, para a troca de experiências , providências urgentes em assuntos inerentes aos profissionais a nível federal e inclusive estadual e melhorias das entidades, quanto a soluções simples, estudos e orientação profissional .

Fazer valer o valor do conhecimento do profissional , das Entidades e a experiência. Mostrar que a profissão ,as entidades e seus dirigentes tem muito a acrescentar e contribuir para o bem geral da nação e não somente aos profissionais e que os profissionais tem que reconhecer e participar , para fortalecer o movimento e sobressair a profissão como uma das melhores e mais necessárias .

Central dos Sindicatos Brasileiros integrará conselhos do FAT e FGTS

Para o ministro do Trabalho e Previdência Social, a participação da Central dos Sindicatos Brasileiros colaborará para fortalecimento da política de proteção aos trabalhadores



Renato Alves/MTPS

Participaram do evento o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, e o vice-presidente da República, Michel Temer. O ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, anunciou a inclusão de mais uma entidade sindical no Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CCFGTS) e no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat): a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O anúncio foi feito por Rosseto, nesta quarta-feira (24), durante a solenidade de abertura do II Congresso da entidade, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O [decreto](#), assinado pela presidenta Dilma Rousseff, foi publicado no *Diário Oficial* da União (DOU).

"Os dois conselhos representam patrimônios e conquistas do povo trabalhador. A partir de então, a voz e a força da CSB estarão presentes e colaborando para o fortalecimento desses fundos e da política de proteção aos trabalhadores do Brasil", enfatizou o ministro.

A solenidade de abertura do encontro reuniu cerca de mil trabalhadoras e trabalhadores, dirigentes sindicais de todo o País e contou com a participação do vice-presidente da República, Michel Temer, do secretário Especial do Trabalho (SET/MTPS), José Lopez Feijóo, e de demais autoridades políticas e representantes de entidades internacionais.

O vice-presidente Michel Temer, por sua vez, destacou a importância de se incluir mais uma representação da sociedade civil nos conselhos que administram o FAT e o FGTS. "O decreto assinado pela presidenta Dilma é um reconhecimento definitivo das potencialidades da Central dos Sindicatos Brasileiros", disse Temer.

O Congresso da CSB segue até esta sexta-feira (26). Este ano, o tema do encontro é Independência, Desenvolvimento e Justiça Social. "Independência econômica é o nosso principal desafio. Por meio dela, teremos condições mais favoráveis para desenvolver os demais. É um eterno processo de desenvolvimento", justificou o presidente da CSB, Antônio Neto.

Conselhos

Instituídos em 1990, os Conselhos Curador do FGTS e Deliberativo do FAT são entidades tripartites compostas por trabalhadores, empregadores e representantes do governo federal.

São funções do Codefat elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, acompanhar, avaliar e propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas de amparo ao trabalhador.

Já ao Conselho Curador do FGTS, presidido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, compete a fiscalização do recolhimento das contribuições ao FGTS.

Fonte: Portal Brasil, 25 e 26/02/2016

Entidades sindicais ALERTAM , não será dada quitação pelas entidades do pagamento da Contribuição Sindical no valor de R\$ 5,70 ,

Dia 29 de fevereiro de 2016 , foi o prazo para pagamento da Contribuição Sindical de 2016 , sem acréscimos legais, para todos os profissionais pertencentes a categoria , ativos no Conselho Regional de Contabilidade .

A Contribuição Sindical é obrigatória conforme artigos 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho .

O Profissional Liberal exerce seu trabalho tanto de forma autônoma quanto com vínculo empregatício, pois o que o qualifica é o fato de ser possuidor de conhecimentos técnicos adquiridos em curso técnico, graduação ou por força de lei que o reconheça como detentor de direitos . Os Profissionais registrados no órgão competente de fiscalização da Profissão CRC(Conselho Regional de Contabilidade) , são oficialmente e perante a sociedade obrigados ao pagamento , ou por recolhimento direto ou no caso de assalariado , por desconto em folha à categoria .

Não será aceita como quitada a Contr. Sindical de 2016 de profissionais liberais , nem profissionais assalariados no valor de R\$ 5,70 (cinco reais e setenta centavos) , pois os trabalhadores assalariados em geral , são descontados de um dia de salário ,ou seja no mínimo R\$ 29,33 (vinte e nove reais e trinta e três centavos), com base no salário mínimo no Brasil que é de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) , caracterizando uma audácia o pagamento a menor.

Alertam também que alguns estados já possuem Pisos salariais (RJ) ,. Convenções Coletivas (BA) e Acordos Coletivos e que os pagamentos de assalariados não podem ser menores dos que os menores neles tabelados, e que os profissionais devem denunciar ao Sindicato a irregularidade.

Que o profissional da categoria contábil é o profissional que orienta , que esclarece e que tem o dever de saber e realizar corretamente o recolhimento de suas contribuições.

Apesar da grande maioria não ter conhecimento, o pouco de benefícios que recebe , são provenientes de defesas que as Entidades realizaram, realizam e procuram sempre acompanhar ,quando detectam o problema, quando reivindicadas e até consultadas.

Não cabe ser o “esperto” recolhendo o valor inferior.

Nossa categoria tem que mostrar que sabe realizar seu trabalho (contabilizar) ,(apurar) , recolher de forma correta , orientar seus clientes adequadamente. E começa pela própria categoria.

O que pode ser solicitado junto as Entidades é a liberação da multa e juros , caso estejam com dificuldades , pois a multa e juros , somente o Sindicato recebe.

Os profissionais que ainda não efetuaram o pagamento podem regularizar emitindo sua guia , que agora será com base no art. 600 da CLT. Caso necessitem de ajuda podem contactar o sindicato ou podem emiti-las nos seguintes endereços :

Onde Emitir a Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical 2016	
SINDICATOS	SITES
Niterói	www.fedcont.org.br ou www.cnpl.org.br (selecionando o sindicato)
Volta Redonda	www.sindcontvr.org.br (direto) ou www.cnpl.org.br (selecionando o sindicato)
Nova Friburgo	www.fedcont.org.br ou www.cnpl.org.br (selecionando o sindicato)
Petrópolis	www.fedcont.org.br ou www.cnpl.org.br
Feira de Santana	Contato: sincont.fsa@gmail.com
Federação	www.fedcont.org.br ou www.cnpl.org.br (Selecionando a Fedcont RJ, ES e BA)
Campos	www.fedcont.org.br ou www.cnpl.org.br (selecionando o sindicato)
Rio de Janeiro	www.sindicont-rio.org.br
Espírito Santo	www.sindcontabil-es.org.br
Bahia	www.sindicont-ba.org.br

Os profissionais **assalariados**, devem manifestar e comunicar ao setor correspondente da empresa em que trabalham, o Sindicato de Contabilistas da base ,para o qual deverá ser realizado o desconto em seu salário .

Assim, as entidades alertam , efetue o pagamento da Contribuição Sindical/2016 .

As entidades ratificam que a Contribuição Sindical é obrigatória.

Esclarecem que do valor pago, um percentual de 10% (dez por cento) vai para Conta Empregos de Salários do Ministério do Trabalho e que tanto a fiscalização do Ministério do Trabalho , quanto a fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade ,podem solicitá-la a qualquer momento dos profissionais e das Empresas.

As oportunidades e ameaças aos trabalhadores em 2016

Para influenciar os atores políticos, as centrais sindicais têm papel fundamental nessa tarefa. Além de reforçar a mobilização de base e esclarecer aos trabalhadores e à sociedade os impactos negativos dessa agenda, é precisa intensificar a pressão sobre o Legislativo e o Executivo. Sem um esforço adicional nessa direção, os riscos de retrocessos são enormes.

Neuriberg Dias*

O Diap, como de costume, divulga anualmente um levantamento com os principais projetos de lei em tramitação no Congresso que representam oportunidades e ameaças na perspectiva dos trabalhadores. Em 2016, a lista ira exigir do movimento sindical uma postura muito mais contundente para barrar a investida conservadora, que, desta vez, possui propostas e atores institucionais convencidos da urgência e necessidade de promover uma flexibilização das

relações de trabalho, uma reforma da previdência , além de mudanças no papel do Estado, com a privatização de empresas públicas. Os trabalhadores estão em desvantagem nessa disputa.

Além de uma crise econômica e política sem perspectiva de desfecho a curto prazo, o Legislativo possui uma bancada empresarial numerosa contra uma sindical combativa, mas pequena. Por outro lado, o governo praticamente perdeu o controle de sua base, está batendo cabeça, e o seu núcleo duro tem priorizado o enfrentamento a defesa da presidente no processo de impeachment e o processo de cassação da chapa de eleição no TSE, ambos alimentado pela Lava-Jato. Está vulnerável e tendo que negociar com os presidentes da Câmara e do Senado e com as forças conservadoras e de mercado.

Ainda do ponto de vista da desvantagem na disputa, a reforma ministerial também reforça essa tendência. A entrada do ministro Nelson Barbosa torna mais efetiva as mudanças iniciadas pelo antecessor Joaquim Levy. Além disso, os ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio, Micro e Pequena Empresa, são ocupados por ex-dirigentes patronais que priorizaram os interesses de classe que representam.

É válido o esforço do governo de debater políticas públicas com trabalhadores e empresários no Fórum de Debates sobre Políticas de Trabalho, Emprego, Renda e Previdência Social e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselhão. Mas, a iniciativa tende a não produzir resultados significativos já que o setor patronal está com atenção maximizada nas atividades do Poder Legislativo, onde possui ampla maioria.

No Parlamento, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), iniciou em 2015 a investida contra os trabalhadores com a aprovação do PL 4330/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), para regulamentação da terceirização em bases precarizantes aos trabalhadores. Hoje, a proposta tramita no Senado Federal como PLC 30/2015, sob a relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que poderá ser votada ainda neste primeiro semestre.

Na Câmara também tramitam várias propostas que ameaçam os trabalhadores como: o acordo extrajudicial de trabalho (PL 427/2015); impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 e PL 7549/2014); a prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012); a livre estimulação das relações trabalhista (PL 8294/2014); e o simples trabalhista (PL 450/2015), entre outras.

Já o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), percebendo a ausência de uma pauta para enfrentar a crise econômica, criou a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), mais conhecida como Agenda Brasil, com uma pauta que atende ao setor empresarial e, portanto, e que está repleta de temas polêmicos e prejudiciais ao movimento sindical. Em 2015, o trabalho do colegiado foi tímido, mas para o ano de 2016 tende a produzir resultados.

Recentemente, os senadores aprovaram o PLS 131/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), que acaba com a exclusividade da Petrobras na exploração do Pré-sal. A proposta segue para a Câmara. Outras proposições estão prontas para votação no plenário da Casa, como o PLS 555/2015, que privatiza as empresas estatais da União, dos Estados e Municípios; a PEC 43/2015 sobre autonomia do Banco Central; e o PLS 400/2015 que garante para à União o mínimo de 18% do petróleo excedente no regime de partilha também estão entre as prioridades.

O universo de iniciativas parlamentares também contempla oportunidade, porém sem muito chance de aprovação nesse ambiente político, como a redução da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário, a proteção contra a despedida arbitrária, a ampliação da licença-maternidade, a igualdade de gênero no trabalho, o fim do banco de horas, a contribuição adicional em função de rotatividade da mão de obra, a estabilidade do dirigente sindical, dentre outras.

Para influenciar os atores políticos, as centrais sindicais têm papel fundamental nessa tarefa. Além de reforçar a mobilização de base e esclarecer aos trabalhadores e à sociedade os

impactos negativos dessa agenda, é precisa intensificar a pressão sobre o Legislativo e o Executivo. Sem um esforço adicional nessa direção, os riscos de retrocessos são enormes. Uma nova marcha das centrais a Brasília será um bom começo!

Logo abaixo, a relação das principais proposições em tramitação no Congresso Nacional de interesse dos trabalhadores gerais, dos servidores públicos e dirigentes sindicais classificadas como oportunidades e ameaças.

Oportunidades e Ameaças	
Setor privado	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> § Política de valorização dos aposentados e salário mínimo (PL 4434/2008 e PL 7469/2014 - Câmara); § Redução da jornada de trabalho (PEC 231/1995 - Câmara e PL 4653/1994 - Câmara; e PEC 89/2015 - Senado); § Extinção do fator previdenciário (PL 3299/2008 - Câmara); § Igualdade de gênero no trabalho (PL 6653/2009 - Câmara e PLS 136/2011 - Senado); § Demissão imotivada (MSC 59/2008 - Câmara); § Desaposentação (PL 2567/2011 - Câmara e PLS 91/2010 - Senado); § Certidão Negativa de Utilização Ilegal do Trabalho da Criação e do Adolescente (PL 5829/2013 - Câmara); § Fim do banco de horas (PL 4597/2012 - Câmara); § Contribuição adicional para custeio do seguro desemprego em função de rotatividade da mão de obra (PLS 173/2015 - Senado; PL 3800/2015 e PL 1579/2015 - Câmara); § Proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa do trabalhador (PLP 33/1988 - Câmara); § Permite a prorrogação de acordo e convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo (PLS 181/2011 - Senado); § Regulamenta a demissão coletiva (PL 6356/2005 - Câmara); § Amplia a licença maternidade e 	<ul style="list-style-type: none"> § Regulamentação da terceirização (PL 4302/1998 - Câmara, PLC 30/2015 - Câmara, PLS 87/2010 - Senado e PLS 300/2015 - Senado); § Redução da idade para início da atividade laboral para 14 anos (PEC 18/2011 - Câmara); § Acordo extrajudicial de trabalho (PL 427/2015 - Câmara); § Impedir o empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 - Câmara e PL 7549/2014 - Câmara); § Suspensão de contrato de trabalho (PL 1875/2015 - Câmara); § Prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4193/2012 - Câmara); § Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do MTE (PL 7341/2014 - Câmara); § Livre estimulação das relações trabalhistas (PL 8294/2014 - Câmara) § Trabalho intermitente (PL 3785/2012 - Câmara); § Código de Trabalho (PL 1463/2011 - Câmara); § Redução da jornada com redução de salários (PL 5019/2009 - Câmara); § Ultratividade das convenções ou acordos coletivos (PL 6411/2013 - Câmara); § Consórcio de empregadores urbanos (PL 6906/2013 - Câmara); § Regulamentação da EC 81 do trabalho escravo - Regulamentação da Emenda

<p>paternidade (PEC 30/2007, PEC 515/2010 – Câmara e PLS 162/2013 – Senado);</p> <p>§ Obriga as empresas com pelo menos 30 empregados a manterem creches (PL 4550/1998 – Câmara dos Deputados); e</p> <p>§ Estabelece que a prescrição incidente sobre o não-recolhimento dos valores destinados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de trinta anos (PEC 45/2014 - Senado);</p> <p>§ Propõe a retirada escalonada da incidência da desvinculação de receita da arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social (PEC 4/2015 - Câmara);</p> <p>§ Desonera o trabalhador de qualquer custo do Vale-Transporte (PLS 242/2013 - Senado); e</p> <p>§ Regulamenta a terceirização (PLS 554/2015 – Senado).</p>	<p>Constitucional nº 81/2014 (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 - Senado);</p> <p>§ Simples trabalhista (PL 450/2015 – Câmara);</p> <p>§ Extinção gradual da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 - Câmara);</p> <p>§ Sustenta a NR 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 - Senado);</p> <p>§ Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica (PL 5140/2005 - Câmara);</p> <p>§ Deslocamento do empregado até o local de trabalho e para o seu retorno não integra a jornada de trabalho (PL 2409/2011 – Câmara);</p> <p>§ Sustenta Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 – Câmara);</p> <p>§ Sustenta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário (PDC 1615/2014 – Câmara);</p> <p>§ Estabelece a jornada flexível de trabalho (PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 - Câmara); e</p> <p>§ Trabalho de curta duração (PL 3342/2015 - Câmara).</p>
--	--

Servidores

Oportunidades	Ameaças
<p>§ Regulamentação da Convenção 151 da OIT – Negociação coletiva (PL 3831/2015 - Câmara);</p> <p>§ Extinção da contribuição de inativos (PEC 555/2006 - Câmara);</p> <p>§ Assédio moral no serviço público (PL 8178/2014 – Câmara);</p> <p>§ Aposentadoria em condições especiais que prejudiquem a saúde ou integridade física (PLP 472/2009 - Câmara);</p>	<p>§ Dispensa por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 - Câmara);</p> <p>§ Limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 - Câmara);</p> <p>§ Fundações Estatais (PLP 92/2007 - Câmara);</p> <p>§ Estatuto Jurídico das Estatais (PLS 555/2015 - Senado);</p> <p>§ Regulamenta o direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 –</p>

- § Aposentadoria especial para atividade de risco (PLP 330/2006 – Câmara);
- § Garantia de aposentadoria por invalidez com proventos integrais (PEC 56/2014 - Senado);
- § Corrige distorções da reforma da Previdência e ainda propõe a extensão da paridade (PEC 441/2005 - Câmara);
- § Revoga decreto que permite a substituição de servidores grevistas (PDC 641/2012 - Câmara);
- § Direito de greve dos servidores públicos (PLS 287/2013 – Senado); e
- § Normas de equidade de gênero e raça, de igualdade de condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público (PL 238/2015 - Câmara)

- Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 - Câmara); e
- § Extingue o abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 - Câmara).

Sindical

Oportunidades

- § Estabilidade do dirigente sindical (PL 6706/2009 - Câmara); e
- § Tipifica práticas anti-sindicais (PLS 36/2009 - Senado).

** Jornalista e assessor parlamentar do Diap*

Fonte : DIAP 26/02/2016

Brasileiro trabalhou 151 dias em 2015 para pagar impostos



Desde 2000 o aumento foi de 467,5%, o que corresponde a um aumento na arrecadação de 11,5% por ano, segundo cálculo do Instituto Assaf com base nos dados do Impostômetro. Em 15 anos a carga tributária brasileira saltou de R\$ 0,35 trilhão em 2000 para R\$ 2,00 trilhões em dezembro de 2015.

Um aumento de 467,5% no período, o que corresponde a um aumento na arrecadação efetiva de 11,5% por ano, segundo cálculo do Instituto Assaf com base nos dados do Impostômetro.

Tributos (R\$ trilhões)	
2000	0,354
2001	0,401
2002	0,482
2003	0,553
2004	0,65
2005	0,732
2006	0,818
2007	0,923
2008	1,056
2009	1,096
2010	1,291
2011	1,489
2012	1,556
2013	1,701
2014	1,851
2015	2,0088

Fonte: Impostômetro / Instituto Assaf

Na década de 1970, 76 eram os dias médios trabalhados por ano somente para pagar tributos. Na década de 1980, esses dias subiram para 77, e na década de 1990 para 102 dias trabalhados em média.

Já em 2015 foram necessários 151 dias em média trabalhados para pagar impostos, ou seja, até 31 de maio (5 meses) para pagar os impostos.

Segundo dados do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) em países como Dinamarca, considerando a mesma metodologia, é necessário trabalhar por 176 dias.

Os outros países nos quais se trabalha mais para pagar impostos do que no Brasil são a França, onde é necessário trabalhar por 171 dias, seguido de Suécia (163 dias) e Noruega (157 dias).

Em contrapartida, na Argentina é preciso trabalhar menos, ou 141 dias, e na Alemanha, são necessários 139 dias. Os canadenses trabalham apenas 130 dias para pagar impostos e os japoneses, 124 dias. Nos Estados Unidos esse número é ainda menor: 98 dias, assim como no Chile (94 dias) e no México (91 dias).

A carga tributária sobre o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas do país) em 2004 era de 33,19%. Já em 2014, esse número subiu para 35,42% do PIB.

FOTO: Thinkstock

Fonte : **Diário do Comércio – 01/03/2016**

Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro, realizará Palestra sobre SISCONSERV

PALESTRA SISCONSERVA
22/03/2016 - 10h às 13h R. Buenos Aires, 283
SINDICONT-Rio - Salão Nobre "Mário Lorenzo Fernandez" 6º andar, Centro/RJ

PALESTRANTE
Arthur Pimentel

Realização: **2016 Ano do Centenário**

Parceria: **A&P Consultoria** Soluções em Comércio Exterior

Apoios: **CRCRJ**, **FEDCONT**, **sescon RIO DE JANEIRO**, **Unipeca**

local: R. Buenos Aires, 283, 6º andar, centro/rj
(salão nobre "Mario Lorenzo Fernandez" - Sindicont-rio)

data de início: 22/03/2016

horário: 10:00 às 13:00

palestrante(s): Arthur Pimentel

carga horária: 3 horas

programação

1. intangibilidade dos serviços
2. panorama internacional de serviços
3. conceitos do comércio internacional de serviços
4. siscoserv - sistema integrado de comércio exterior de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações de patrimônio.

informações e inscrições : www.sindicont-rio.org.br

Empregadores devem ficar atentos para o desconto e da GRCS e recolhimento correto dos profissionais contábeis



O desconto da Contribuição Sindical, em folha de pagamento, deverá ocorrer em MARÇO DE 2016.

O Empregador deve descontar 1/30 (um dia de Salário) de seu(s) Empregado(s) Contabilista(s), conforme Art. 582 da CLT, e que realizem serviços elencados na resolução 560 do CFC, que não comprovarem junto ao Departamento Pessoal e/ou RH, o recolhimento para Sindicato de Contabilista e/ou Federação de Contabilistas do Estado (no valor informado pelas Entidades), quanto a Contribuição Sindical 2016.

A Empresa deverá realizar o recolhimento da Contribuição Sindical (descontada em folha), na rede bancária até o dia 30/04/2016 (Art. 583 da CLT), devendo enviar cópia da guia recolhida (autenticada) juntamente com a relação dos profissionais e contendo o salário, valor descontado e função, para o respectivo Sindicato de Contabilistas e/ou à Federação dos Contabilistas, conforme determina o Art. 583 parágrafo 2º da CLT, C/C Precedente normativo do TST nº 41(As empresas encaminharão á entidade profissional cópia das guias de

Contribuição Sindical e Assistencial, com a relação nominal dos respectivos salários, no prazo máximo de 30 dias após o desconto.)



Outras Informações:

Fedcont RJ, ES e BA

Tel.: (021) 2220-4358

Site: www.fedcont.org.br

Filiado a::

